



# Acidente ou crime?

FOTO: Samuel Tosta



**Petroleiros e dirigentes sindicais de várias bases da FUP protestaram contra morte criminoso de operador da Reduc**

Nascido e criado no bairro da Tijuca, no Rio de Janeiro, Luiz Antônio Cabral de Moraes, 56 anos, não descuidava da saúde. Além de fazer natação, era vegetariano e gostava de jogar uma pelada com os amigos. Também era muito ligado à família. Tinha um filho de 21 anos e ajudava a cuidar dos pais idosos, dos quais era vizinho.

No dia 31 de janeiro, Cabral saiu para trabalhar e nunca mais voltou. Foi mais uma vítima do descaso e da irresponsabilidade dos gestores da Petrobrás. Operador experiente, sua morte trágica, ao cair em um tanque da Reduc com óleo "asfaltado", a uma temperatura de 75° graus, está sendo denunciada por seus companheiros de trabalho e pelo Sindipetro Duque de Caxias como um crime anunciado.

Com 21 anos de empresa, Cabral era do setor de transferência e estocagem e não teve sequer a chance de reagir, quando o teto do tanque rom-

peu na hora em que realizava um procedimento de medição. "Ele caiu em uma arapuca", afirma um dos operadores com quem trabalhava.

Desde 2013, a inspeção de equipamentos havia recomendado à gerência da Reduc a troca do teto do reservatório, que, na época já estava totalmente comprometido pela corrosão, com apenas 1,9 milímetro de espessura. Em 2014, o Ministério do Trabalho confirmou as condições precárias de manutenção dos tanques da refinaria e chegou a interditar alguns deles, devido à corrosão acentuada nas escadas de acesso e nos tetos.

"Esse foi mais um crime cometido pela gestão da Petrobrás", afirmou o coordenador da FUP, José Maria Rangel, em ato realizado no último dia 03, em frente à Reduc (foto). Ele lembrou que no dia 11 de fevereiro completa um ano do acidente que matou 09 trabalhadores no Espírito Santo, durante uma explo-

são em um navio plataforma da BW que prestava serviços para a Petrobrás e cujos gestores descumpriram 28 itens do Sistema de Gerenciamento de Segurança Operacional. A ANP responsabilizou as empresas pelas vidas perdidas, afirmando que as decisões gerenciais da Petrobrás e da BW "criaram as condições necessárias" para a ocorrência do acidente.

A atuação dos gestores da Reduc não foi diferente, o que comprova que a companhia nada aprende com os erros cometidos. O Artigo 132 do Código Penal diz que é crime "expor a vida ou a saúde de outrem a perigo direto e iminente". A campanha de prevenção de acidentes no trânsito, desenvolvida pelo Ministério dos Transportes, vai na mesma direção: "Colocar vidas em risco não é acidente. É crime!". Quantas mortes mais terão que ocorrer para a Petrobrás rever sua política de SMS e responsabilizar os gestores que colocam em risco os trabalhadores?

# Petrobrás é fundamental para a retomada do crescimento do país

Na reunião de retomada do Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, no último dia 28, o presidente nacional da CUT, Vagner Freitas, falou em nome das representações sindicais e cobrou do governo mudanças na política econômica e "uma pauta positiva" que retome "o caminho do desenvolvimento sustentável, com distribuição de renda, justiça social e geração de emprego". Ele ressaltou a importância da retomada dos investimentos da Petrobrás e condenou os ataques que a empresa vem sofrendo:

- Assistimos ao maior ataque contra a Petrobrás desde a sua fundação e esses ataques estão destruindo as empresas que prestam serviço para a companhia e, conseqüentemente, deixando uma leva enorme de desempregados. A CUT, que sempre lutou contra a corrupção, defende uma investiga-



FOTO: FUP

ção profunda, transparente e democrática de todas as denúncias. O que não aceitamos é que uma investigação cause tamanho prejuízo ao processo de desenvolvimento econômico e social, com destruição das empresas e fechamento de postos de trabalho. Que a Justiça puna severamente os executivos que cometeram crimes, mas preserve as empresas e os trabalhadores.

O Conselho, como é mais conhecido, foi criado em 2003

pelo então presidente Lula, com o objetivo de ser um órgão consultivo do governo federal, mas não se reunia desde junho de 2014. Foi retomado agora, com uma nova composição, que reúne 92 representantes do setor empresarial, sindical e da sociedade civil, entre eles, o coordenador da FUP, José Maria Rangel. "É mais um espaço de interlocução onde teremos a oportunidade de defender saídas alternativas para a crise que a Petrobrás e a indústria

petrolífera estão atravessando, de forma a preservar empregos e investimentos estruturantes", explica Zé Maria.

A drástica guinada que a estatal sofreu em seu Plano de Negócios, ao reduzir investimentos e colocar à venda ativos estratégicos, está comprometendo não só as conquistas da empresa na última década, como também os indicadores sociais e econômicos do país. Vários especialistas do setor já admitem que não é com essa receita recessiva que a Petrobrás e o Brasil vencerão a crise. No último dia 29, em um seminário realizado pela COPPE, o ex-diretor do E&P, Guilherme Estrella, enfatizou que a estatal "não pode ser governada pelo mercado". "A dívida da Petrobrás é um problema que não é só da empresa, é do Brasil e do governo brasileiro, pois trata-se de preservar todo o patrimônio que foi construído nos últimos anos", declarou.

ARTE: Maria João Palma



**PrimeiraMão**

**Boletim da FEDERAÇÃO  
ÚNICA DOS PETROLEIROS  
www.fup.org.br**

**Av. Rio Branco, 133/21º andar, Centro, Rio de Janeiro - ☎(21)3852-5002 [imprensa@fup.org.br](mailto:imprensa@fup.org.br)**

Edição: Alessandra Murteira - MTb 16763 - Texto: Alessandra Murteira Projeto gráfico e diagramação: Claudio Camillo - MTb 20478 Diretoria responsável por esta edição: Caetano, Chicão, Castellano, Chico Zé, Dary, Divanilton, Enéias, Leonardo Urpia, Leopoldino, Moraes, Silva, Silvaney, Simão, Ubiraney, Zé Maria.



# Gestores não irão calar os trabalhadores

Terminado o primeiro turno da eleição que definirá o representante dos trabalhadores no Conselho de Administração da Petrobrás, é hora da categoria se unir e garantir a reeleição de Deyvid Bacelar (1010). Junto com Arthur Bob Ragusa, suplente da chapa, ele conquistou 4.415 votos e disputará o segundo turno, entre os dias 20 e 28 de fevereiro.

O que está em jogo nessa eleição é a própria representação dos trabalhadores. Não é de hoje que a gestão da Petrobrás disputa essa vaga, na tentativa de impedir que o movimento sindical ocupe um espaço estratégico, que foi conquistado após décadas de luta. A participação dos trabalhadores no Conselho de Administração de empresas públicas foi garantida pelo movimento sindical classista e, em especial, pela FUP, que arrancou o compromisso do ex-presidente Lula em atender essa reivindicação histórica dos petroleiros.

Após dois anos de tramitação no Congresso Nacional, em 29 de dezembro de 2010 foi sancionada a Lei nº 12.353, que assegura o direito dos trabalhadores terem voz ativa no principal fórum de deliberação das empre-



FOTO: Wandaick Costa

**Deyvid tem sofrido uma série de ataques por parte dos gestores, como a prisão durante a greve de novembro**

sas que são controladas pela União. Os gestores da Petrobrás nunca aceitaram essa conquista. Desde a primeira eleição, em 2012, gerentes e diretores disputam a vaga dos trabalhadores no CA, apoiando candidatos que se dizem "independentes", mas cujas trajetórias na empresa não deixam dúvidas de que lado estão.

Os dois mandatos dos conselheiros eleitos com apoio da FUP e de seus sindicatos (em 2013 e em 2015) foram fundamentais nas lutas dos trabalhadores. Através da atuação dos nossos conselheiros, o CA deixou de ser uma caixa preta, à qual a categoria e a sociedade jamais tiveram acesso. Fizemos o contraponto às políticas de gestão neo-

liberais, demos transparência aos debates e ampliamos a participação dos trabalhadores, com a garantia de um suplente e a coordenação do Comitê de SMS, onde a FUP tem buscado mudanças na política de segurança da Petrobrás.

Neste atual mandato, o conselheiro Deyvid Bacelar vem travando uma disputa ainda mais acirrada contra a privatização da empresa, em defesa dos empregos e por condições seguras de trabalho. Sua atuação não se limita só ao Conselho. Construiu também articulações políticas importantes com conselheiros eleitos de outras empresas públicas, com os movimentos sociais e com lideranças do Congresso

Nacional. Ao bater de frente com os entreguistas, ele passou a ser atacado pelos conselheiros da Petrobrás que fazem o jogo do mercado e pela própria gestão da empresa, vide sua prisão arbitrária durante a greve de novembro.

Portanto, é urgente que cada petroleiro e petroleira analise criteriosamente o histórico de vida dos dois candidatos que disputam esse segundo turno da eleição do CA e se posicionem firmemente para eleger quem de fato defende os interesses da categoria e do povo brasileiro. O que está em risco é a representação dos trabalhadores. Não deixemos que os gestores caíem a nossa voz. Vamos reeleger Deyvid Bacelar, votando 1010.

**Deyvid**  
Bacelar  
e Bob Ragusa  
Juventude e Experiência no CA da Petrobrás



**2º TURNO - de 20 a 28 de fevereiro**

# Sindicatos pressionam e adiam votação do PLS 555

A pressão feita pelas entidades sindicais que integram o Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas surtiu efeito e conseguiu tirar da pauta do último dia 03 a votação do PLS 555, que altera os estatutos das empresas públicas e estatais, escancarando o caminho para a privatização. O projeto tramita no Senado em regime de urgência e deverá voltar à pauta de votação após o Carnaval, no próximo dia 15.

Nesta última semana, as centrais sindicais realizaram uma grande mobilização em Brasília, percorrendo os gabinetes dos parlamentares, explicando os danos do PLS 555. O projeto propõe, por exemplo, entregar ao mercado pelo menos 25% do capital acionário das estatais e obriga o controlador a se desfazer das ações ordinárias, aquelas que dão direito a voto. Na prática, isso significaria acabar com o papel social das empresas públicas, impactando diretamente os rumos da Petrobrás, dos Correios, da Embrapa, do IBGE, da Eletrobras, da CEF, do BB, do BNDES e de todas as outras empresas controladas não só pela União, como também pelos Estados e Municípios.

Saiba mais: [www.diganao-ops555.com.br](http://www.diganao-ops555.com.br)



## Pré-Sal e terceirização também na mira da direita

Outros projetos igualmente danosos para os trabalhadores também estão na agenda neoliberal, que será reativada nas próximas semanas pelo Congresso Nacional. Ao reabrir as atividades parlamentares, após um mês de recesso, o presidente da Casa, senador Renan Calheiros (PMDB/AL), defendeu não só o PLS 555, como mudanças na Lei do Pré-Sal, a regulamentação

da terceirização, a reforma da Previdência entre outros projetos que integram a chamada "pauta bomba" que os conservadores querem emplacar este ano.

O PLS 131, portanto, exigirá dos petroleiros um novo enfrentamento no Senado, na construção de uma articulação de forças para barrar a sua aprovação. De autoria do senador José Serra (PSDB/SP), o projeto acaba com a obrigatoriedade

da Petrobrás ser a operadora do Pré-Sal e a garantia de que tenha participação mínima de 30% nos campos. A liberação da terceirização para as atividades fim é outra ameaça que a categoria terá que enfrentar no Congresso, pois precariza ainda mais as condições de trabalho, acaba com direitos básicos e aumenta consideravelmente os riscos de acidentes na indústria petrolífera.

## Privatizar não é solução

FOTO: José Cruz/Ag. Brasil



Os trabalhadores do setor elétrico e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) estão travando uma briga árdua com o governo para garantir que o Estado mantenha o controle acionário da Celg, uma das distribuidoras de energia do Sistema Eletrobras que está na iminência de ser privatizada. Várias mobilizações vêm sendo realizadas em Brasília e em Goiás, cujo governo detém 49% das ações da empresa e já aprovou vender sua participação. Outras seis distribuidoras de energia que são controladas pela Eletrobras nos estados de Alagoas, Piauí, Acre, Rondônia,

Roraima e Amazonas também estão sob risco de privatização. Até 2012, o estado de Goiás tinha 99% das ações da Celg e uma dívida de R\$ 6,4 bilhões com o governo federal, dos quais R\$ 2,4 bilhões com a Eletrobras. O então governador do estado, Marconi Perillo (PSDB) - reeleito em 2014 - transferiu a dívida para a União, repassando 51% das ações da estatal para a Eletrobras. No final de dezembro de 2015, o governo federal aprovou a venda da Celg e desde então, os trabalhadores e movimentos sociais vêm se mobilizando para impedir a privatização da empresa.